



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress


7 a 9 de setembro



Correlação dos Parcelamentos Tributários Especiais Federais com o Grau De Imobilização das empresas do Setor de Bens Industriais listadas na B3

Gilson Ribeiro Maia
Universidade Federal de Goiás - UFG
E-mail: maiailson@hotmail.com

Juliano Lima Soares
Universidade Federal de Goiás - UFG
E-mail: julianolima-soares@ufg.br

Daiana Paula Pimenta
Universidade Federal de Goiás - UFG
E-mail: daiana-pimenta@hotmail.com

Resumo:

Considerando a importância da tributação para as empresas como métrica que reflete no desempenho, reconhecendo também a relevância das estruturas de capital das companhias industriais, o objetivo deste estudo foi verificar a correlação entre parcelamentos tributários especiais federais e o grau de imobilização das empresas do setor de bens industriais listadas no Brasil, Bolsa, Balcão. A pesquisa, com características descritivas e quantitativas, é composta por uma amostra de 49 empresas. Foram coletados dados dos demonstrativos contábeis do período de 2014 a 2018 no banco de dados da Economática®. A análise dos dados foi realizada utilizando-se de estatística descritiva com as variáveis: ativo imobilizado, patrimônio líquido e grau de imobilização (GI), e teste de correlação de *Spearman* entre o grau de imobilização e o valor dos parcelamentos tributários. Os resultados indicam não ser possível apontar uma relação entre os valores dos parcelamentos tributários federais e o grau de imobilização das empresas do setor de bens industriais. Ponderou-se possíveis efeitos da crise econômica na evolução patrimonial das empresas, bem como a pouca transparência das empresas no que diz respeito ao processo contábil, principalmente quanto à evidenciação das informações financeiras. Registra-se ainda a falta de pesquisas que abordam os aspectos da tributação e seus reflexos nas corporações.

Palavras-chave: Parcelamentos Tributários; Estrutura de Capital; Índice de Imobilização

Linha Temática: Contabilidade Tributária

1 Introdução

A existência de vultosos valores obrigacionais das empresas que estavam, e ainda estão fora dos balanços patrimoniais chama a atenção dos estudiosos, profissionais, reguladores, uma vez que tal fato já foi causa de falência de importantes empresas no mundo. Em virtude da convergência da contabilidade ao *International Financial Reporting Standards* – IFRS, a primazia da essência econômica sobre a forma jurídica acaba por exigir dos diferentes agentes maiores responsabilidades



ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



nos critérios e julgamentos que refletirão na garantia da qualidade da informação, na transparência e divulgação dos eventos econômicos.

No grupo das operações que estão fora dos balanços (off balance sheet), está o passivo contingente, que na interpretação de Farias (2006) é um dos elementos patrimoniais de maior dificuldade para a Contabilidade, principalmente no tocante à atribuição de valores, pois envolvem questões com elevada carga de subjetividade e repleta de incertezas quanto aos reflexos que surgirão no futuro.

A título de exemplo, um levantamento do International Accounting Standards Board - IASB (2016), identificou que cerca de 30 mil empresas com ações negociadas em bolsa de valores ao redor do mundo possuem aproximadamente US\$ 3,3 trilhões em contratos de arrendamento, dos quais 85% não estão registrados no balanço, decorrente de critérios de classificações. Ou seja, US\$ 2,18 trilhões a valor presente, que decorrem de operações de leasing mercantil, os quais, com a entrada em vigor de normas internacionais (IFRS 16), passariam a ser reconhecidos nos balanços com profundos reflexos no desempenho das empresas, por conseguinte, nos processos que envolvem decisões.

No fenômeno do Processo Contábil: reconhecimento, mensuração e evidenciação, a contabilidade lida com a necessidade de demonstrar a evolução econômico-patrimonial das empresas em diferentes momentos, visando repercutir nas tomadas de decisões. Esse processo resulta da interação de um conjunto amplo ações econômicas, sociais, institucionais e políticas (Lopes & Martins, 2005).

Para Hendriken e Van Breda (1999, p. 410) a contabilidade ignorou por muito tempo os passivos das entidades. Com o Pronunciamento Técnico CPC 25, o Processo Contábil que afeta as provisões, passivos e ativos contingentes passa a ganhar importância no contexto que as informações devem ser divulgadas nas notas explicativas, e o reconhecimento no balanço valerá de elemento confiável para que os usuários dessas informações contábeis possam analisar a natureza, a extensão e a oportunidade dos elementos que as compõem.

Na aplicabilidade do CPC 25, as evidenciações de provisões e passivos contingentes ocorrem de diferentes maneiras. Quando um evento econômico, por exemplo, apresenta em sua substância provável possibilidade de ocorrer, deverá ter seu reconhecimento no balanço patrimonial como passivo, nas denominadas provisões, por outro lado, um evento econômico cuja característica tenha a possível chance de ocorrer será então divulgado em notas explicativas. Por fim, um evento com remota chance de ocorrência não será reconhecido, tampouco evidenciado.

Nesse raciocínio, dada a relevância e os efeitos da tributação nas empresas, um estudo de Rosa (2014) ao analisar 582 relatórios de empresas não-financeiras identificou que 69% do total do passivo contingente referiram-se a processos tributários. Nessa mesma perspectiva, Hanlon e Heitzman (2010), reconhecem o custo significativo dos tributos, e quão potencialmente impactante eles são nas decisões e nas políticas das empresas, porém ainda carecem de maiores estudos quanto à ordem de importância.

Considerando essas reflexões, as provisões tributárias alcançam valores bilionários que de um momento para outro são reconhecidos nos balanços patrimoniais das grandes corporações, até então evidenciados apenas em notas explicativas, isso quanto havia algum apontamento. Portanto, valendo-se do planejamento tributário, que na definição de Latorraca (2000) consiste na atividade empresarial em que os agentes de forma preventiva programam as ações que levantam os ônus tributários com objetivo de recolher menos tributos, as empresas encontram nos parcelamentos



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress


7 a 9 de setembro



tributários especiais, originariamente direcionados a reduzirem os montantes da dívida tributária, uma possível forma de financiar-se (Faber & Silva, 2016). Rezende, Dalmácio & Rathke (2018) revelaram que esse tipo de parcelamento se encontra oficializado nas três esferas governamentais como uma prática recorrente de política fiscal, geralmente contendo custos menores quando comparado com os recursos obtidos no mercado privado, além de permitir um alongamento nos prazos de pagamentos com a remissão dos juros e multas.

Nessa linha, há igualmente estudos sobre o parcelamento tributário e seus efeitos no comportamento dos contribuintes, como o estudo de Paes (2012), ao identificar que a disposição do sujeito passivo em pagar tributos no Brasil é da ordem de 2/3 dos valores devidos, e os parcelamentos oferecidos nos últimos anos reduziram ainda mais essa intenção em adimplir para pouco mais de 60%.

Portanto, este estudo suscita o seguinte problema de pesquisa: Qual a (co)relação dos parcelamentos tributários especiais federais com o grau de imobilização das empresas listadas na B3? Por conseguinte, o objetivo centra-se na verificação da correlação dos parcelamentos tributários especiais federais com o grau de imobilização das empresas listadas no Brasil, Bolsa, Balcão.

Estudos com essa abordagem tornam-se relevantes em decorrência da complexidade e das especificidades que envolvem a tributação das companhias, que uma vez fazendo uso da prática de gestão de planejamentos tributários visam gerir recursos com finalidades de financiamento e investimentos. Além disso, trabalhos cujo objeto seja compreender os reflexos da tributação e a relação na aplicação de capital, com expectativa de retornos futuros, contribuirão para a ampliação do conhecimento sobre essa temática, que poderá servir de subsídios informacionais para os diversos segmentos econômicos, sociais, e porque não dizer aos próprios entes tributantes.

2 Revisão da Literatura

2.1 Tributação e Parcelamento Tributários Especiais

Reconhecidamente, o Brasil apresenta um sistema tributário confuso, com enorme grau de complexidade, um excesso de tributos incidentes sobre consumo, propriedade e renda (Lima & Rezende, 2019). O custo de recolher os tributos não decorre apenas do tributo em si, mas envolve todas as formalidades e burocracias que são impostas aos contribuintes por expressa determinação legal. Um estudo de Bertolucci et al (2002) identificou que no Brasil são estimados custos na ordem de R\$ 7, 2 bilhões necessários para se cumprir as determinações legais tributárias, mais conhecido como custos de conformidade (*compliance costs of taxation*).

Nesse contexto, um dos controles gerenciais que repercutem nas despesas tributárias podemos citar o planejamento tributário, cujo objeto é reduzir o montante os custos fiscais. Na visão de Siqueira et al (2011), “planejamento tributário é o estudo das alternativas lícitas de formalização jurídica de determinada operação, antes da ocorrência do fato gerador, para que o contribuinte possa escolher a opção que apresente o menor ônus tributário possível.” Há de se registrar os esforços empregados pelos estudiosos em diferenciar o planejamento tributário, como forma de elisão fiscal, da evasão fiscal comumente conhecida como sonegação fiscal.

Há um entendimento na literatura de que a carga tributária excessiva acarreta baixo desempenho, uma vez que os encargos tributários afetam negativamente o retorno do investimento e o fluxo de caixa das empresas (Tang, 2005). No Brasil, estudos de (Guimarães, Macedo, & Cruz, 2016) confirmaram que, por meio de planejamento tributário, foi possível identificar práticas de gerenciamento de resultados, e que os ajustes tributários estabelecidos por órgãos tributantes,



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



decorrentes da adoção dos padrões internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards- IFRS), implicaram em menor carga fiscal.

Mais especificamente, Rezende, Dalmácio & Rathke (2018), estudando o impacto dos incentivos fiscais sobre os retornos e as políticas de investimento e financiamento, de 108 empresas listadas pelo IBRX-100, usando a teoria de *Pecking order* que leva em consideração a hierarquia na busca de fontes de financiamento para suas atividades (lucro, instituições financeiras e mercado), encontraram consistentes evidências do uso de políticas fiscais como forma de financiamento muito recorrente.

Ponderando essas práticas, para os tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB), os contribuintes dispõe basicamente de dois tipos de parcelamentos tributários, o convencional, cuja base legal está amparada na Lei 10.522/2002, o qual o contribuinte poderá valer-se a qualquer tempo desse benefício, outra modalidade de parcelamento são os denominados parcelamentos especiais, também decorrem de lei específica, porém são instituídos para atender situações específicas, possuem prazos determinados para adesão, entre outras restrições. Entre os anos de 2000 a 2009 foram instituídos pelo governo federal brasileiro editou quatro grandes programas de parcelamentos especiais que alcançavam reduções nos montantes das multas e juros, o primeiro deles denominado Programa de Recuperação Fiscal (REFIS – Lei 9.964/2000); Parcelamento Especial (PAES – Lei 10.684/2003); Parcelamento Excepcional (PAEX – Medida Provisória nº 303/2006) e o REFIS da crise instituído pela Lei 11.941/2009, Programa Especial de Regularização Tributária – PERT – Lei 13.496/2017. Registra-se que outros parcelamentos especiais também foram lançados, atendendo a outros segmentos econômicos como clubes de futebol, instituições de ensino, setor financeiro, exportadores, empregador rural, entre outros.

Faber e Silva (2016) demonstraram que a expectativa de abertura de novos programas especiais de parcelamentos tributários influenciou negativamente a arrecadação induzida do governo, afirmando que essa expectativa reduz em média 5,8% a arrecadação induzida do biênio anterior ao parcelamento; e após a adoção do parcelamento, os modelos estatísticos indicaram uma diminuição estimada de 1,5% na arrecadação induzida. Quanto aos lucros das empresas optantes dos parcelamentos especiais, indicaram que houve aumento desses, ao mesmo tempo em que houve diminuição da necessidade de caixa, possivelmente decorrente da economia com o não pagamento tempestivo dos tributos. Os autores concluem a pesquisa asseverando que em um cenário de concorrência imperfeita, as empresas, considerando os riscos e a possibilidade de ganhar com opção pelos parcelamentos, considerando a prática reiterada do governo em editar os parcelamentos com seus benefícios, considerando a aceitação social da evasão fiscal, é factível que um gestor se sinta instigado a usar a evasão ou, até mesmo a sonegação com instrumento de geração de lucros.

Mais recentemente, Oliveira (2020) analisou o parcelamento de tributos federais de 308 empresas com negociação na B3, sob a ótica da estrutura de capital. Os resultados demonstraram que as empresas aderentes ao parcelamento especial (PERT) demonstram capital de terceiros e tangibilidade superiores e nível de pagamento de imposto de renda inferiores em relação às companhias não aderentes ao programa, e decréscimo no indicador de endividamento de curto prazo do ano de 2016 para 2018. Outro ponto importante identificado foi a diferença significativa da imobilização de recursos não correntes e o nível de pagamento de imposto de renda de 2016 para 2018, porém não identificado no ano de 2016 para 2017.

7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



2.2 Grau de Imobilização

Martins, Diniz e Miranda (2018), entendem a Contabilidade como um Modelo representativo daquilo que ocorre em uma empresa na busca da simplificação da realidade, nunca a própria realidade, portanto, não totalmente completa quanto à função de fornecer informações aos usuários dessas informações. Dentre esses usuários, encontra-se o analista das demonstrações contábeis, que para poder desempenhar seu papel de “interpretar” os demonstrativos financeiros, deverá, além de dominar a ciência contábil quanto às técnicas e práticas, ser um profundo conhecedor do negócio a que se dispõe a analisar.

Para alguns segmentos econômicos, principalmente o de produção de bens, a iniciativa de investir em ativos de longo prazo é uma das mais importantes decisões, uma vez que propiciará maior capacidade de produzir bens e serviços e, portanto, possibilidade de gerar caixas futuros. Catelli et al (2003), pesquisando aspectos gerenciais em gestão econômica de investimentos em ativos fixos, afirmam que tais ativos são imprescindíveis na determinação de outros ativos, na configuração da mão de obra, na escala do processo produtivo, na identificação do tipo de matéria prima, insumos, estocagem, no perfil dos fornecedores, nas especificidades e qualidade dos produtos, nos custos da produção, volume e prazos, etc.

Quanto aos aspectos da normatização contábil que alcança os ativos fixos, o CPC 27 – Ativo Imobilizado - estabelece as condições de reconhecimento e mensuração desses bens, como também deixa claro a não aplicabilidade dessa norma, como nos casos de tratar-se de ativos imobilizados classificados como mantidos para venda, de ativos biológicos, ativos de exploração e avaliação de recursos minerais. Andreatta (2012), em uma pesquisa sobre a aplicação do CPC 27 no imobilizado de empresas do ramo de transporte, concluiu pela necessidade de buscar uma mensuração de seus ativos (veículos) de forma que reflita um valor mais próximo ao de mercado, com o propósito de que essa decisão repercute na melhoria dos índices econômico-financeiros.

Considerando a importância desses ativos para as empresas, é fundamental que haja uma gestão eficaz, a qual poderá valer-se das técnicas de análises que relacione o ativo imobilizado com outros elementos que compõem a estrutura patrimonial de uma entidade. E entre um desses índices está o grau de imobilização do patrimônio líquido, que demonstra qual a porcentagem dos recursos próprios da empresa está aplicada na imobilização de ativos. Martins, Miranda e Diniz (2018, p. 120) ao discorrer sobre a imobilização do patrimônio líquido, defende que uma concentração de recursos em ativos de baixa liquidez (imobilizado, investimentos e intangíveis) poderá comprometer a necessidade de capital em ativos circulantes, e provavelmente buscará no capital de terceiros suprir essa necessidade, para os autores o “melhor” seria a empresa financiar o ativo circulante com recursos próprios, buscando menor dependência de capital de terceiros. Lembrando que o êxito de uma análise das demonstrações financeiras vai muito além de um mero cálculo de índices, é indispensável conhecer o negócio que está sendo objeto da análise.

Portanto, em decorrência da importância que o ativo imobilizado representa para a corporações, é imprescindível que se tenha um sistema de gestão eficaz e eficiente sobre tais componentes do patrimônio; em decorrência dessa dimensão, é comum que os interessados nas análises das demonstrações financeiras, os investidores, gestores estabeleçam uma relação do ativo imobilizado e outros itens patrimoniais, por exemplo o lucro, o passivo com o propósito de calcular índices que permitam demonstrar o desempenho das organizações, e entre esses índices destaca-se o grau de imobilização. Iudícibus (2007, p. 115) anuncia que essa ponderação entre o ativo imobilizado e outro elemento do patrimônio busca retratar qual o percentual dos recursos próprios



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



está sob a forma de imobilizado em plantas e instalações. Usualmente, o Grau de Imobilização (GI) decorre da seguinte fórmula:

$$GI = \text{Imobilizado} / \text{Patrimônio Líquido}$$

O índice de estrutura patrimonial acima requer cuidado na sua interpretação, pois ao desconsiderar os efeitos da correção monetária, dentro do imobilizado poderá haver aquisições recentes e mais antigas, além disso outros fatores como a depreciação brasileira normalmente é reconhecida seguindo regras fiscais, somente com a adoção da normas internacionais recentemente é que deverá haver mudanças, mas isso requer tempo (Martins, Diniz & Miranda, 2018).

2.3 Pesquisas Relacionadas e Apresentação da Hipótese

O emprego de parcelamentos especiais como instrumento de práticas gerenciais que possam repercutir na geração de valores para as empresas, identifica-se preponderantemente em pesquisas com uma concepção mais voltada à captação de recursos, como no estudo de Rodrigues, Wilbert e Serrano (2017), que investigando como o parcelamento de tributos federais pode se verter em fonte de financiamento indireto para as empresas, comparando as vantagens em relação às ofertas de crédito no mercado e seus impactos na estrutura de capital, constataram que o custo do parcelamento de tributos é menor que o custo de captação, demonstrando uma vantagem do alongamento no prazo e condições dos tributos em relação à estrutura de capital, porém sem identificar uma relação entre o custo de financiamento, seja por parcelamento ou captação, e os saldos de parcelamento e de crédito financeiro.

Considerando ainda trabalhos direcionados à repactuação de passivos tributários, Nogueira, Neto e Soares (2019) analisou a economia financeira que a escolha pelo parcelamento especial pode proporcionar a uma empresa familiar, especificamente através do Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), partindo do pressuposto existente na literatura de que os programas de parcelamento vão muito além de um mero acordo entre o governo e a empresa, a colaboração da pesquisa dos autores é constatar se as soluções propostas para redução da evasão fiscal podem ter efeitos práticos opostos. Concluíram que é mais vantajoso à empresa aguardar o REFIS, não se endividar para pagar os tributos, ou valer-se de outros meios para se capitalizar, nessa visão, a postergação do pagamento dos tributos federais é uma prática vantajosa.

Mattos (2017), registra que os programas de parcelamentos tributários especiais influenciam fortemente a redução do custo do planejamento tributário e devem ser considerados na composição de modelos econômicos de tomada de decisão.

Como um contrapeso da correlação entre os parcelamentos tributários especiais acima referenciados, e as decisões das empresas em investir em ativos de longo prazo com propósitos de melhorar a capacidade de produção de bens e serviços e por consequência propiciar a geração de receitas e a consecução de lucros, os estudos de Grande, de Paulo, Ishikura & Hein (2008), examinaram a possibilidade de existir relação entre o EBITDA e o Grau de Imobilização (GI) das empresas de capital aberto das 500 maiores empresas do Brasil, os resultados apontaram que quando analisada a correlação entre o GI e o EBITDA das empresas em conjunto, não foi identificada correlação forte, no entanto, quando analisada a correlação por setor, 9 dos 11 setores analisados, entre eles cita-se: papel e celulose, serviços de transporte e siderurgia e metalurgia apresentaram correlação forte, concluindo-se que dependendo do setor analisado o GI interfere fortemente no EBITDA.

Em vista disso, em decorrência da importância que o ativo imobilizado representa para as empresas, bem como a relevância que possui o peso dos tributos, particularmente às companhias



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



de bens industriais, este artigo alicerça-se com a hipótese de buscar identificar se há uma relação entre grau de imobilização das empresas listadas na B3, no setor de bens industriais, e o parcelamento especial dos tributos.

3 Método da Pesquisa

3.1 Características Operacionais

Este estudo nas definições de Martins e Theóphilo (2016) é quantitativo (quanto à abordagem do problema), descritivo (quanto ao objetivo) e documental (quanto aos procedimentos). Quantitativo e descritivo por utilizar a sumarização, organização e caracterização através de tabelas, quadros e gráficos como instrumentos para interpretar os dados coletados. É característica de pesquisa documental por utilizar de documentos como fonte dos dados. A amostra é não probabilística porque se trata de escolha de elementos sem aplicar a técnica estatística da probabilidade, e sim escolhida aleatoriamente para o estudo específico de certo fenômeno.

Segundo Gil (2010) a pesquisa descritiva objetiva descrever características de uma população específica ou estabelecer relações entre variáveis. Relativamente à análise dos dados, o estudo pode ser considerado quantitativo, que na definição de Richardson (1989, p. 29) ela se caracteriza pelo uso da quantificação tanto nas modalidades da coleta das informações, quanto no tratamento desses dados por meio das técnicas de estatísticas.

3.2 População e Amostra

A pesquisa se enquadra como descritiva por descrever a relação dos parcelamentos especiais federais com o grau de imobilização de empresas do setor industrial, listadas no Brasil Bolsa Balcão (B3) entre os anos de 2014 a 2018. A amostra do estudo é composta 49 empresas que compõem o setor Bens Industriais, posteriormente através da ferramenta Economatica® foram extraídos das Demonstrações Financeiras das empresas selecionadas os valores que compõem o Imobilizado, o Patrimônio Líquido e os valores correspondentes aos parcelamentos especiais de tributos classificados tanto no passivo circulante quanto no passivo não circulante.

3.3 Variáveis Investigadas

As variáveis que são objeto desse estudo compreendem os anos de 2014 a 2018, o valor do Ativo Imobilizado extraído da ferramenta Economatica®, o Patrimônio Líquido que representa o montante do capital próprio da empresa e por fim os Parcelamentos Tributários Federais que foram extraídos das demonstrações financeiras das empresas selecionadas.

4 Análise dos Resultados

Os tópicos que compõe esse item demonstram as informações acerca do perfil das empresas, objeto deste estudo, a estrutura do imobilizado e do patrimônio líquido, e o teste de hipótese.

4.1 Perfil das empresas

As empresas selecionadas para este estudo são as que constam classificadas pela B3 como setor de bens industriais, totalizando 49 empresas para o período de 2014 a 2018.

Para Pereira et al. (2006), um grupo dos componentes patrimoniais que vem recebendo destaque na análise das demonstrações financeiras é o ativo fixo das empresas (ativo imobilizado), principalmente pelo montante de recursos investidos. Oliveira, Ramalho e Moura (2013) ao estudar o desempenho das empresas brasileiras de bens industriais identificaram dificuldades para financiar e gerenciar seu capital de giro, os resultados apresentaram chances superiores a 50% quanto à gestão de caixa e os mesmos 50% de terem fluxos de caixa positivos.

Desse modo, a escolha das empresas que formam esse setor se justifica pelo fato de



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



apresentarem o segmento com maior valor volume de recursos aplicados no item imobilizado e por ser um dos grupos com maior rentabilidade no mercado de capitais.

A Quadro 1 demonstra o nome das empresas do setor de bens industriais listadas na B3.

Quadro 1 – Empresas do Setor de Bens Industriais B3

Aco Altona	Fras-Le	Metisa	Sondotecnica
All Norte	Gol	Mills	Taurus Armas
Azevedo	Haga S.A	Minasmaquina	Tecnosolo
Bardella	Inds Romi	Mrs Logist	Tegma
CCR S.A	Inepar	Nordon Met	Trevisa
Conc. Rio Ter	Invepar	Portobello	Triunfo Part
Cosan Log	JSL	Randon Part	Tupy
Csu Cardsyst	Kepler Weber	Recrusul	Valid
Dtcom Direct	Log-In	Riosulense	Weg
Ecorodovias	Marcopolo	Rumo S.A	Wetzel S.A
Embraer	Mendes Jr	Santos Brp	Wilson Sons
Eternit	Metalfrio	Schulz	Wlm Ind Com
			Tegma

Fonte: Site da B3

A tabela acima discrimina as tanto as empresas de bens industriais que optaram por parcelamento, quanto as que não optaram.

4.2 Parcelamentos Tributários

A tabela 1 demonstra os valores dos parcelamentos no decorrer dos anos e a quantidade das empresas que apresentaram algum tipo de parcelamento tributário dentre as 49 empresas analisadas. Atenta-se para o montante de 1,8 bilhão de reais para o ano de 2017, reflexo da instituição do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT.

Tabela 1 - Estatística Descritiva – Valores dos Parcelamentos Tributários (em Mil R\$)

Ano	Quantidade Empresas	Valor
2014	27	1,628,157.00
2015	28	1,386,413.00
2016	31	1,368,140.00
2017	33	1,858,373.00
2018	32	1,597,473.00

Fonte: Os autores (2020)

4.3 Estrutura do Imobilizado e do Patrimônio Líquido

A tabela 2 evidencia as estatísticas descritivas do valor do imobilizado das empresas que formam a amostra. As 49 empresas estudadas pertencem a 18 segmentos, entre os quais destacamos transporte aéreo, ferroviário, hidroviário, rodoviário, serviço de apoio de armazenagem, exploradoras de rodovias, material rodoviário, motores compressores, máquinas e equipamentos industriais, de construção e agrícolas, armas e munições, produtos para construção, engenharia



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



construtiva, construção pesada, entre outros.

A diversidade de segmentos apresentada acima justifica a variação mínima e máxima do imobilizado das empresas, onde há empresas com valores muito pequenos de imobilizados como no ano de 2018 de R\$ 560.000,00 até R\$ 11.916.818.000,00 para o mesmo ano.

Tabela 2 - Estatística Descritiva - Valor Imobilizado – (em Mil R\$)

Ano	Média	Variação	Mediana	D.P.	Mín.	Máx.
2014	\$1,030,148.54	-	341684	\$1,756,012.92	3229	\$ 8,558,700.00
2015	\$1,343,576.51	30.43%	344416	\$2,345,805.57	2753	\$ 9,404,087.00
2016	\$1,343,742.11	0.01%	317716	\$2,478,931.44	1059	\$10,337,119.00
2017	\$1,369,167.72	1.89%	222686	\$2,667,483.32	771	\$11,266,278.00
2018	\$1,448,311.63	5.78%	238275	\$2,857,779.69	560	\$11,916,818.00

Fonte: Os autores (2020)

Outra observação que merece destaque é a variação do imobilizado considerando a partir do ano de 2014, com acréscimo de mais de 30% desse ano para o ano de 2015 e nos três anos subsequentes houve uma estagnação na variação desse item patrimonial. Registra-se que o Brasil, a partir de meados de 2014 mergulhou em uma crise financeira cujo reflexo perdura até os dias de hoje, Barbosa Filho (2017), a crise iniciada em 2014 se originou de um conjunto de fatores que envolvem oferta e demanda de recursos, prejudicados por erros de políticas públicas que refletiram na capacidade de crescimento econômico. Esse fato possivelmente refletiu e reflete na composição patrimonial das empresas, principalmente quanto ao financiamento de seus ativos fixos.

Quando aos números que expressam o patrimônio líquido, a tabela 3 abaixo evidencia a média, a variação de um ano para outro ano a partir de 2014, a mediana, o desvio padrão e os valores mínimos e máximos.

Tabela 3 - Estatística Descritiva - Valor Patrimônio Líquido (em Mil R\$)

Ano	Média	Variação	Mediana	D.P	Mín.	Máx.
2014	1,038,120.49	-	408,060.00	1,771,510.37	(1,097,331.00)	9,999,969.00
2015	1,085,027.63	4.52%	432,142.00	2,462,097.59	(4,546,462.00)	14,610,956.00
2016	881,073.71	-18.80%	375,077.00	2,623,534.39	(8,046,299.00)	12,543,600.00
2017	1,004,912.33	14.06%	285,048.00	3,114,630.68	(9,591,645.00)	13,459,297.00
2018	1,029,159.01	2.41%	362,108.00	3,432,399.52	(10,716,598.00)	14,901,260.00

Fonte: Os autores (2020)

O Patrimônio Líquido (PL), entendido como a diferença entre o valor do ativo e do passivo representa o valor contábil que efetivamente pertence aos sócios ou acionistas. Portanto, é de suma importância que se conheça as práticas de gestão operacionais ou não operacionais que afetarão este componente patrimonial, e as questões tributárias seguramente o influencia.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Na análise desses números, observa-se em todos os anos, patrimônio líquido negativo, fato este bastante comum, o que acaba por refletir em um grau de imobilização negativo. Na relação da média com o desvio padrão, constata-se que esses valores apresentaram uma variação com crescimento gradativo, sendo que no ano de 2018 o desvio padrão representou mais de três vezes a média. Importante destacar também a amplitude dos valores onde se tem- o valor de – R\$ 10,7 bilhões de reais até + R\$ 14,9 bilhões de reais.

Quanto à variação desse elemento patrimonial (PL) nota-se uma queda de mais de 18% no ano de 2016 comparado com 2015, provavelmente por se referir a um período de maior impacto da crise financeira.

Tabela 4 - Estatística Descritiva - Grau de Imobilização

Fonte: Os autores (2020)

Ano	Média	Mediana	D.P.	Mín.	Máx.
2014	1.07841525	0.667595249	2.69431575	-6.94854231	15.6495533
2015	-1.5191527	0.550068721	18.8695667	-129.423348	16.3787115
2016	1.29082182	0.570922771	2.43841286	-1.55772797	11.7325799
2017	1.58333028	0.468130996	5.55530773	-3.21539043	37.0338983
2018	1.2755227	0.470014172	3.33561857	-5.05823878	17.5497797

Na tabela 4 está demonstrado o Grau de Imobilização (GI) que mede a estrutura de capital, representando a parcela do capital próprio que está investida em ativos com baixa liquidez; para as empresas da amostra (bens industriais) é de suma importância sua utilização.

Em uma comparação da média com o desvio padrão, verifica-se, principalmente para o ano de 2015 uma variação muito significativa com uma média de -1.5 e um desvio padrão de + 18.8. Mesmo raciocínio vale para os valores mínimos e máximos. A estatística que apresentou comportamento mais homogêneo foi a mediana, onde os valores foram, no decorrer dos anos, apresentando tendências de queda, o que representa um bom indício, uma vez que, de uma maneira geral, quanto menor o grau de imobilização melhor a estrutura de capital, evidentemente nessas condições devemos considerar as especificidades de cada empresa quanto à melhor estrutura de capital para atender suas necessidades.

A título de demonstrar a evolução do grau de imobilização, a tabela 5 apresenta esse índice para algumas empresas, com a identificação de alguns pontos que merecem destaque, quais sejam: a empresa CCR S.A uma empresa de concessão de infraestrutura, transportes e serviços evidenciou um grau de imobilizado baixo, considerado ideal, e uniforme; a empresa Dcom Direct cuja atividade principal é de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial apresentou um GI muito acima da média no ano de 2017 e um valor muito abaixo no ano de 2018; por outro lado a empresa Eternit que atua na industrialização e comercialização de produtos de fibrocimento, Cimento, concreto, etc para os anos de 2014 a 2017 apontou um GI abaixo de 1, porém no ano de 2018 esse índice subiu para mais de 10. A empresa que apresentou também um crescimento anormal foi a Tecnosolo que atua no ramo de engenharia onde em 2014 a 2016 apresentou um índice GI em aproximadamente 1.3 saltando para 9.02 em 2017 e 17.5 em 2018.

Tabela 5 - Estatística Descritiva - Grau de Imobilização

Empresa	2014	2015	2016	2017	2018
---------	------	------	------	------	------



ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Aco Altona	2.369881649	2.315277043	2.302738241	1.577146006	1.40835834
Azevedo	0.73655664	0.745008089	4.568604057	-0.29060876	-0.10428698
CCR SA	0.187137342	0.204818146	0.283901803	0.13217056	0.131572592
Cosan Log	1.120828114	8.447212149	6.711434368	5.095541534	5.199663677
Dtcom Direct	2.371141421	3.124055666	2.770402187	37.03389831	0.838955386
Embraer	0.538102768	0.541819166	0.559714994	0.517332146	0.510874785
Eternit	0.663733437	0.707955241	0.691238445	0.912698971	10.38308661
Gol	-6.94854231	-0.93624757	-0.82877032	-0.91807085	-0.5652606
Inepar	-0.37500262	-1.09222259	-0.37400087	-0.26949799	-0.17843901
JSL	3.833086568	4.671522927	8.84534696	8.818753385	9.665345983
Kepler Weber	0.475195258	0.497488613	0.487721072	0.507199971	0.470014172
Mendes Jr	0.008031958	0.008902159	-0.00309993	-0.00254878	-0.00223644
Metalrio	1.183047953	-129.423348	2.150566305	3.359373641	5.095055222
Metisa	0.432772721	0.421600892	0.412077248	0.387695812	0.366173515
Mrs Logist	2.042233288	2.059886586	1.870987354	1.753576722	1.674658259
Nordon Met	-0.08886722	-0.06327146	-0.05571875	-0.05411643	-0.05213505
Portobello	1.654591815	1.915901072	1.817368986	1.545687042	1.265730114
Randon Part	0.978917074	1.137411309	0.915023596	0.924042917	0.969033832
Recrusul	-0.3624061	-0.29815737	-0.3756921	-0.01502937	-0.02562332
Riosulense	15.64955327	-2.12225106	-1.55772797	-3.21539043	-5.05823878
Tecnosolo	1.398546872	1.303461275	1.2886268	9.025974026	17.54977974

Fonte: Os autores (2020)

4.4 Teste de hipótese

A hipótese deste artigo busca identificar se há uma relação entre grau de imobilização das empresas listadas na B3, no setor de bens industriais, e o parcelamento especial dos tributos. De início, parte-se do princípio de que, empresas que optam por parcelamentos especiais de tributos, que em sua maioria concedem reduções de multas e juros significativos, teriam maiores disponibilidades financeiras para ampliar o volume de seus ativos fixos.

A tabela 6 abaixo indica a ocorrência de 244 observações, e analisando o valor-p de .883, fica demonstrado que não há relação significativa entre o valor do parcelamento tomado pelas empresas e o grau de imobilização.

Foram feitos testes para dados paramétricos e não paramétricos, bem como foram excluídos os outliers, mesmo assim não foi possível identificar relação entre o grau de imobilização e o valor do parcelamento. Assim, esses dados representam a realidade dessas empresas, e estatisticamente não há nenhum outro procedimento que possa adotado para verificar uma possível relação entre essas duas variáveis.

Tabela 6 – Teste de Correlação de Spearman's

	GRAU DE	VALOR DO
--	---------	----------



ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



		IMOBILIZAÇÃO	PARCELAMENTO	
Spearman's rho	GRAU DE IMOBILIZAÇÃO	Coefficiente de Correlação	1.000	.009
		Sig. (2-tailed)	.	.883
		N	245	244
	VALOR DO PARCELAMENTO	Coefficiente de Correlação	.009	1.000
		Sig. (2-tailed)	.883	.
		N	244	244

Fonte: Os autores (2020)

5 Discussões

Muito embora as estatísticas acima não tenham demonstrado que há uma relação significativa entre os parcelamentos tributários federais e o grau de imobilização do patrimônio líquido, o estudo propicia uma análise de possíveis efeitos sobre a evolução do imobilizado e do patrimônio líquido das empresas classificadas como de Bens Industriais, mais especificamente para os anos de 2014 e 2015 que foram os anos onde mais ficou evidente os efeitos da crise econômica.

Em decorrência da relevância que os tributos representam para as grandes corporações, com possíveis reflexos na rentabilidade, níveis de investimentos, fontes de financiamento, gerenciamento de resultados, planejamento tributário, agressividade tributária (*tax aggressiveness*), comportamento do contribuinte, elisão fiscal entre outros, esse estudo buscou trazer à tona variáveis importantes que afetam o campo de atuação da Contabilidade.

O montante correspondente ao parcelamento de tributos para um grupo relativamente pequeno, com apenas 49 empresas, de único setor da economia é bastante considerável. Na vertente comportamental, Paes (2012) apurou os efeitos que parcelamentos tributários exercem sobre a evasão fiscal, relatando que a disposição dos contribuintes no Brasil, em pagar tributos estava na ordem de aproximadamente 67%, e que os parcelamentos concedidos diminuía essa disposição para algo em torno de 60%. Pesquisas posteriores pelo mesmo autor Paes (2014) inferiu que o hiato tributário – que indica a diferença entre a previsão de arrecadação tributária e o que efetivamente entrou nos cofres públicos – sem as “benesses” do parcelamento é de 30%, e com o refinanciamento das dívidas tributárias esse fator aumenta em até 4 pontos percentuais.

Nessa direção, Segura et al. (2012), focaram seus estudos com objetivo de conhecer se as empresas abertas que aderiram ao REFIS, demonstravam possuir um capital de giro líquido diverso daquelas que não aderiram ao programa de parcelamento especial; com uma amostra de 176 empresas e 1760 observações, compreendido entre os anos de 2000 a 2009, os principais achados foram que dos 13 setores analisados, apenas 3: Financeiro, Bens Industriais e Eletroeletrônicos apresentaram ótima situação financeira, em detrimentos de todas as outras que apresentaram situação financeira insatisfatória, péssima ou muito ruim. Concluem os pesquisadores que há evidência, estatisticamente significativa de que as empresas que aderiram ao REFIS tinham mais necessidade de financiamento do capital de giro do que aquelas que não aderiram.

6 Conclusão

Este estudo objetivou verificar a possibilidade de haver uma correlação entre o grau de imobilização das empresas do setor de bens industriais listadas na B3 e o volume de parcelamentos de tributos federais. A amostra é constituída por 49 empresas, cujos dados foram coletados no site da B3, das demonstrações financeiras divulgadas, e por meio da ferramenta Economatica®, no período de 2014 a 2018.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Quanto aos valores do ativo imobilizado, verificou-se uma amplitude muito grande entre o valor mínimo e o valor máximo, isso certamente decorre da grande diversificação das empresas da amostra, muito embora sejam todas classificadas como do setor de bens industriais. Particularmente, a variação positiva e significativa do ano de 2014 para 2015, deriva dos efeitos positivos do momento econômico que país atravessava no final de 2014.

Quanto ao grau de imobilização, que mede a estrutura de capital, representando a parcela do capital próprio que está aplicado no ativo fixo das empresas, os dados mostraram uma variação muito ampla para as médias, os desvios padrão, os valores mínimos e máximos; apenas para a estatística mediana, os dados se comportaram de forma mais uniforme e condizente com os estudos acadêmicos. Para esse índice, ao verificar o comportamento das empresas do setor de bens industriais listadas na B3, observou-se que os dados estavam muito difusos para os diversos segmentos que compõem a amostra.

A hipótese que averigua a possibilidade de haver uma correlação entre o grau de imobilização das empresas da amostra e o montante do parcelamento especial tributário, não foi conformada, tampouco não há como precisar os motivos da inexistência dessa relação; primeiro pelo fato de o parcelamento especial de tributos se tratar de uma prática reiterada pelos representantes do poder executivo e ratificada pelo legislativo, e pelas empresas optantes dessa modalidade de parcelamento, segundo pela subjetividade que cerca as decisões dos gestores de empresas quanto à destinação desses valores “economizados” pelos alongamentos nos prazos de pagamentos dos tributos.

Novos estudos, com a ampliação da amostra, são necessários para uma maior averiguação do impacto dessa prática de postergação de pagamento de tributos, haja vista o volume bilionário dos recursos que o estado abre mão nessas negociações.

Por fim, como principal limitação deste estudo, cita-se o reduzido número de empresas que atuam no mercado aberto de capitais, a quase inexistente evidenciação nas demonstrações financeiras dos parcelamentos tributários especiais, muitas vezes denominado de “passivo oculto”, ausência de outras variáveis que poderiam repercutir quando combinadas em modelo estatístico mais específico. Há de considerar que os temas relacionados ao complexo sistema tributário nacional encerram aspectos comportamentais dos contribuintes que muitas vezes os modelos estatísticos não conseguem capturar.

Referências

- Andreatta, A. P. (2012). Aplicação do CPC 27 no imobilizado em empresa do ramo transporte.
- Barbosa Filho, F. D. H. (2017). A crise econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados*, 31(89), 51-60.
- Bertolucci, A. V., & Nascimento, D. T. D. (2002). Quanto custa pagar tributos? *Revista Contabilidade & Finanças*, 13(29), 55-67.
- Catelli, A., Parisi, C., & Santos, E. S. (2003). Gestão econômica de investimentos em ativos fixos. *Revista Contabilidade & Finanças*, 14(31), 26-44.
- Faber, F. I. L., & SILVA, J. (2016). Parcelamentos tributários—análise de comportamento e impacto. *Receita Federal*, 161.
- Farias, M. R. S. (2006). Bases conceituais e normativas para reconhecimento e divulgação do passivo contingente: um estudo empírico no setor químico e petroquímico brasileiro. *São Paulo*.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (Vol. 4, p. 175). São Paulo: Atlas.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress


7 a 9 de setembro



- Grande, J. F., de Paulo, W. L., Ishikura, E. R., & Hein, N. (2008). Análise da correlação entre o grau de imobilização e o desempenho operacional das empresas: um estudo com base no EBITDA. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*.
- Hanlon, M., & Heitzman, S. (2010). A review of tax research. *Journal of accounting and Economics*, 50(2-3), 127-178.
- HENDRICKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F.. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999.
- International Accounting Standards Board – IASB (2016). Effects Analysis International Financial Reporting Standard – IFRS 16 Leases. Recuperado em 13 de janeiro de 2020 de <https://www.ifrs.org/-/media/project/leases/ifrs/published-documents/ifrs16-effects-analysis.pdf>
- Iudícibus, S. (2007). Análise de balanços: a análise da liquidez e do endividamento, a análise do giro, a análise da rentabilidade, a análise da alavancagem financeira, indicadores e análises especiais (análise de tesouraria de Fleuriet, EVA, DVA e EBITDA). 8. ed. rev. E atual. São Paulo: Atlas.
- Latorraca, N., Guerreiro, R. N., & Latorraca, S. M. Z. (2000). *Direito Tributário: imposto de renda das empresas*. Editora Atlas.
- Lima, E. M., & Rezende, A. J. (2019). Um estudo sobre a evolução da carga tributária no Brasil: uma análise a partir da Curva de Laffer. *Interações (Campo Grande)*, 239-255.
- Lopes, A. B., & Martins, E. (2005). Teoria da contabilidade: uma nova abordagem.
- Martins, E., Miranda, G. J., & Diniz, J. A. (2018). Análise didática das demonstrações contábeis.
- Martins, E., Diniz, J. A., & Miranda, G. J. (2018). Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica.
- Martins, G. D. A., & Theóphilo, C. R. (2016). Metodologia da investigação científica. *São Paulo: Atlas*, 143-164.
- Martinez, A. L., & Sonegheti, K. (2015). Contingências Fiscais em Face das Mudanças de Incidência do PIS e da COFINS. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 3(3), 6-18.
- Mattos, A. J. N. D. (2017). *Maximização da utilidade esperada, planejamento tributário e governança corporativa* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Nogueira, G. O. J. M., Neto, M. O. S., & Soares, J. M. M. V. (2019). Planejamento tributário agressivo como forma de capitalização por meio do Refis: um estudo em uma empresa familiar. *Revista Controle-Doutrina e Artigos*, 17(2), 259-282.
- Oliveira, A. M. B.; Ramalho, R. O.; Moura. (2013). A. A. F. Gestão de Capital de Giro Líquido e de Fluxo de Caixa em Risco de Empresas de Bens Industriais Listadas na BM&FBovespa. *Revista de Contabilidade da UFBA*. V. 7, n.2.
- Oliveira, D. D. R. (2020). Parcelamento de tributos federais: uma análise sob a ótica da estrutura de capital das empresas com negociação na B3.
- Paes, N. L.;(2012). O Parcelamento Tributário e seus Efeitos sobre o Comportamento do Contribuinte. *Revista Economia - ANPEC*, v.13, n.2, p.345-363.
- Pereira, E. da S., Araújo, A. F. de. (2006). Gestão eficiente do ativo imobilizado e seus reflexos dentro de uma organização. *Revista Científica Eletrônica De Ciências Contábeis*, v. 4(08).
- Rezende, A. J., Dalmácio, F. Z., & Rathke, A. A. T. (2018). Avaliação do impacto dos incentivos fiscais sobre os retornos e as políticas de investimento e financiamento das empresas. *Revista Universo Contábil*, 14(4), 28–49.
- ROSA, Carolina Aguiar. Panorama e Reconfiguração das Contingências Passivas no Brasil. 2014, 112f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Programa de Pós-Graduação em



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress


7 a 9 de setembro



Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014

- Richardson, R. J. (1989). Pesquisa social: métodos e técnicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- Rodrigues, B., Wilbert, M. D., & Serrano, A. L. M. (2017). Parcelamento de tributos federais como forma de financiamento indireto. *Race: revista de administração, contabilidade e economia*, 16(3), 1079-1108.
- Segura, L. C., Formigoni, H., & Grecco, M. C. P. (2012). Um estudo sobre a relação entre adesão das companhias abertas ao REFIS e o seu capital de giro líquido. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 5(3), 427-446.
- Siqueira, E. B., Cury, L. K. P. & Gomes, T. S. (2011). Planejamento tributário. *Revista CEPPG*, (25), 184-196.
- Tang, T. Y. H. (2014). Book-Tax Differences, a Proxy for Earnings Management and Tax Management-Empirical Evidence from China. Disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=872389 >. Acesso em 2/1/2020.


7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO



APOIO

